

Em 1º de dezembro de 2017.

Ao Senhor Coordenador-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

**Assunto: Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011. Fundação Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Fundação Agência das Bacias PCJ). Demonstrações financeiras e contábeis do exercício de 2016. Verificação dos critérios, procedimentos e controles adotados, com foco em exames das consistências dos registros das transações e variações patrimoniais e seus reflexos nas demonstrações financeiras e contábeis e informações complementares divulgadas pela entidade. Processo ANA nº 02501.000429/2017-38.**

Referência: 02501.000429/2017-38

## **1. Objetivos e extensão dos trabalhos**

---

1.1. Trata este Relatório dos resultados dos exames realizados nas demonstrações financeiras e contábeis da Fundação Agência das Bacias PCJ, correspondentes ao exercício de 2016, relativas ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, apresentadas nos termos do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 031/2017, de 10 de fevereiro de 2017, registro Próton nº 009192/2017-76.

1.2. Registra-se que o escopo, extensão e abrangência dos testes e procedimentos de avaliações adotados objetivaram a comparação das informações apresentadas com às correspondentes ao exercício anterior e a certificação, em aspectos relevantes, da compreensão, idoneidade, fidedignidade e comparabilidade das informações, com foco na segurança e eliminação de distorções que possam comprometer os resultados apresentados, à luz dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das práticas contábeis usualmente aceitas.

1.3. O material de trabalho teve como base a documentação apresentada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, a qual encontra-se anexada aos autos do processo nº 02501.000429/2017-38, complementadas por diligências realizadas diretamente à Entidade Delegatária avaliada.

1.4. Os trabalhos se limitaram às apropriações, variações e reflexos nos resultados originados a partir do instrumento firmado com a Agência Nacional de Águas - ANA. Assim, eventuais inconsistências encontradas que não estejam vinculadas ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, não foram objeto de análise e comentários por esta Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - COGEF/SAF.

1.5. Cabe registrar, ainda, que a extensão e abrangência dos testes e procedimentos de avaliações adotados não representam verificações de natureza trabalhista, previdenciária e tributária relativas ao pessoal contratado pela Entidade Delegatária, envolvido na realização das atividades concernentes ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011; de cumprimento de normativos editados pela ANA, em especial aos procedimentos realizados de seleção e aquisição de bens, contratação de serviços e pessoas previstos para o alcance dos resultados objeto do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011; de cumprimento de condição que versam



sobre a vedação da utilização dos recursos públicos transferidos pela ANA para pagamento de diárias e passagens a militares, servidores públicos da ativa e empregados públicos, bem como sobre a vedação de pagamentos de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal; de cumprimento de condições relativas ao disposto no § 1º, inciso II, art. 22, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e de administração de bens móveis e imóveis adquiridos ou cedidos à Entidade Delegatária.

## **2. Resultados das Avaliações**

### **2.1. Rol de Responsáveis**

2.1.1. No Rol de Responsáveis constante do Processo de Prestação de Contas da Fundação Agência das Bacias PCJ, exercício 2016, foram arrolados os seguintes responsáveis:

2.1.1.1. Diretor-Presidente, Sérgio Razera, CPF nº 015.929.298-00, pelo período de 3 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, tendo sido substituído pela Diretora Técnica, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, CPF nº 110.166.178-01, no período de 1 e 2 de janeiro de 2016.

2.1.1.2. Diretora Técnica, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, CPF nº 110.166.178-01, pelos períodos de 1 a 3 de janeiro de 2016, 19 de janeiro de 2016 a 17 de julho de 2016 e 2 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Não houve substituição em suas ausências.

2.1.1.3. Diretor Administrativo e Financeiro, Ivens de Oliveira, CPF nº 325.062.778-03, pelo período de 1 de janeiro de 2016 a 11 de dezembro de 2016. Não houve substituição em suas ausências.

### **2.2. Recursos Repassados à Entidade Delegatária**

2.2.1. De acordo com os dados extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), durante o exercício de 2016, a ANA transferiu à Fundação Agência das Bacias PCJ a quantia de R\$ 12.330.720,60 (doze milhões, trezentos e trinta mil, setecentos e vinte reais e sessenta centavos), resultante dos aportes financeiros oriundos da Fonte 0116044621, Vinculação 421, em 8 (oito) parcelas, conforme detalhamento a seguir:

<b>Parcela</b>	<b>Empenho</b>	<b>Ordem bancária</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Fonte/Vinculação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	2016NE000200	2016OB800223	05-Fev-2016	0166044621-421	2.318.595,78
2	2016NE000092	2016OB800927	14-Abr-2016	0166044621-421	2.285.765,34
3	2016NE000092	2016OB801482	09-Jun-2016	0166044621-421	2.244.529,58
4	2016NE000092	2016OB802156	05-Ago-2016	0166044621-421	1.482.821,60
5	2016NE000092	2016OB802583	12-Set-2016	0166044621-421	1.541.003,99
6	2016NE000092	2016OB803268	10-Nov-2016	0166044621-421	781.202,01
7	2016NE000092	2016OB803760	15-Dez-2016	0166044621-421	1.548.368,17
8	2016NE000092	2016OB803936	29-Dez-2016	0166044621-421	128.434,13
<b>Total</b>					<b>12.330.720,60</b>

2.2.2. Ao teor do contido na Tabela 1 – Índice de Desembolso, da Prestação de Contas, verifica-se que a Entidade Delegatária reconhece como receitas do exercício 2016 transferidas pela ANA o montante de R\$ 12.202.286,47 (doze milhões, duzentos e dois mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Constata-se que considerou o último repasse efetuado pela ANA como entrada de recursos. A diferença ocorreu em virtude da adoção de critérios



contábeis diferenciados. A ANA observou o regime de competência, e a Fundação Agência das Bacias PCJ o regime de fluxo de caixa.

### 2.3. Rendimentos Financeiros Auferidos com Aplicações Financeiras

2.3.1. De acordo com as informações constantes na Tabela 1 – Índice de Desembolso, da Prestação de Contas apresentadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, constata-se reconhecimento de rendimentos financeiros auferidos no valor de R\$ 5.611.361,93 (cinco milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos).

2.3.2. Registre-se que a Entidade Delegatária não juntou à Prestação de Contas os extratos de rendimentos financeiros anuais fornecidos pela CEF, administradora das contas correntes e de aplicações com as quais trabalha.

2.3.3. Feitas as diligências de praxe com vistas a apresentação dos extratos de Informes de Rendimentos Financeiros, ano calendário 2016, a Fundação Agência das Bacias PCJ apresentou um extrato, referente à Conta 2882/013/12282-7, conforme exposto a seguir:

As informações de IR abaixo referem-se a conta: 2882 / 013 / 12282-7

POUPANCA P.J.  
Código de Retenção 3426

Mês	Rendimento Nominal	IRRF*
Janeiro	452.064,77	0,00
Fevereiro	485.910,40	0,00
Março	435.237,39	0,00
Abril	486.090,11	0,00
Maiο	452.410,28	0,00
Junho	490.306,43	0,00
Julho	467.151,87	0,00
agosto	472.741,62	0,00
Setembro	514.442,20	0,00
Outubro	430.747,94	0,00
Novembro	451.062,82	0,00
Dezembro	442.166,58	0,00

2.3.4. Os rendimentos com aplicações financeiras em caderneta de poupança declarados pela Fundação Agência das Bacias PCJ em sua prestação de contas apresentam divergências com os evidenciados no extrato em R\$ 31.029,52 (trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme exposto a seguir:

Mês	Valores reconhecidos pela Entidade Delegatária (R\$)	Valores verificados no extrato informe IRPJ (R\$)	Diferença identificada (R\$)
Janeiro	452.064,77	-452.064,77	0,00
Fevereiro	485.910,40	-485.910,40	0,00
Março	435.237,39	-435.237,39	0,00
Abril	516.819,63	-486.090,11	30.729,52
Maiο	452.410,28	-452.410,28	0,00
Junho	490.306,43	-490.306,43	0,00
Julho	467.151,87	-467.151,87	0,00



Agosto	472.741,62	-472.741,62	0,00
Setembro	514.442,20	-514.442,20	0,00
Outubro	430.747,94	-430.747,94	0,00
Novembro	451.062,82	-451.062,82	0,00
Dezembro	442.466,58	-442.166,58	300,00
<b>Total</b>	<b>5.611.361,93</b>	<b>-5.580.332,41</b>	<b>31.029,52</b>

2.3.5. Recomenda-se à Fundação Agência das Bacias PCJ que, em suas futuras prestações de contas, faça constar os extratos de rendimentos anuais fornecidos pela instituição financeira com a qual mantém suas contas correntes e de aplicações, com vistas à certificação dos rendimentos anuais auferidos.

2.3.6. Recomenda-se, ainda, esclarecer a divergência constatada no reconhecimento de rendimentos por aplicações financeiras em caderneta de poupança no valor de R\$ 31.029,52 (trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos).

## 2.4. Recursos Administrados pela Entidade Delegatária

2.4.1. Considerando os saldos transferidos declarados pela Entidade Delegatária no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, os aportes de recursos financeiros ocorridos em 2016 correspondentes aos valores transferidos pela ANA e os rendimentos auferidos com aplicações financeiras em Caderneta de Poupança declarados pela Fundação Agência das Bacias PCJ, constata-se que a Entidade Delegatária administrou receitas federais à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, no exercício de 2016, no montante de R\$ 88.581.588,23 (oitenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), conforme detalhado a seguir:

Histórico de movimentação de receitas em 2015	Receitas (R\$)
Caixa (encerado em 2015)	1.206,86
Aplicações Financeiras (encerrando em 2015)	70.766.732,97
Repastes realizados em 2016 pela Agência Nacional de Águas	12.202.286,47
Rendimentos de aplicações financeiras auferidas em 2016	5.611.361,93 <sup>1</sup>
<b>Total de receitas administradas</b>	<b>88.581.588,23</b>

## 2.5. Balanço Patrimonial

2.5.1. Passando aos exames do Balanço Patrimonial, observa-se que a estrutura adotada guarda, parcialmente, conformidade com as orientações estabelecidas na Resolução nº 1.409, de 27 de setembro de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, destinada às entidades sem finalidade de lucros. Registra-se, ainda, que o Balanço Patrimonial se apresenta segregado parcial por fonte de recursos, possibilitando a verificação parcial das variações patrimoniais ocorridas no exercício, em razão da execução de atividades à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

2.5.2. No grupo de contas e subcontas do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial constam lançamentos que totalizam R\$ 65.556.320,96 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta

<sup>1</sup> Valores declarados pela Fundação Agência das Bacias PCJ. Estes valores divergem do verificado no Informe de Rendimentos Financeiros, Ano Calendário 2016, Imposto de Rendas – Pessoa Jurídica, fornecido pela Caixa Econômica Federal em R\$ 31.029,52 (trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos).



e seis mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos) diretamente vinculados ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, conforme exposto a seguir:

<b>Conta Ativo Circulante</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Caixa (Federal)	3.346,96
Aplicações Financeiras (poupança Caixa Econômica Federal)	65.063.887,12
Recursos de Contratos e Receber (Federal)	466.888,26
Adiantamento de Férias	20.694,40
Despesas Antecipadas (Federal)	1.504,22
<b>Total</b>	<b>65.556.320,96</b>

2.5.3. O saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa em favor do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é da ordem de R\$ 65.067.234,08 (sessenta e cinco milhões, sessenta e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e oito centavos) (R\$ 3.346,96 + R\$ 65.063.887,12).

2.5.4. Deduzidas as despesas informadas pela Entidade Delegatária em 2016 (saídas ou desembolsos), conforme informações complementares, Notas 28.1 e 28.2, que tratam da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, onde que evidencia a movimentação de recursos financeiros à conta do Contrato de Gestão, constatou-se divergência com o saldo apurado por esta Coordenação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), correspondente a erro de evidenciação nas supramencionadas Notas do valor consolidado de rendimentos de aplicações financeiras, conforme exposto a seguir

<b>Histórico</b>	<b>Variações (R\$)</b>
Caixa (encerado em 2015)	1.206,86
Aplicações Financeiras (encerrando em 2015)	70.766.732,97
Repases realizados em 2016 pela Agência Nacional de Águas	12.202.286,47
Rendimentos de aplicações financeiras auferidas em 2016	5.611.361,93
Desembolsos Custeio Federal – 2016	-1.343.372,95
Desembolsos Repases Empreendimentos – 2016	-11.265.355,55
Desembolsos Ações de Apoio – 2016	-1.107.011,09
Desembolsos Plano de Aplicação Plurianual – 2016	-9.633.261,56
Desembolsos Aquisições de Ativo – 2016	-165.053,00
<b>Disponibilidades no exercício findo de 2016 apuradas pela ANA</b>	<b>65.067.534,08</b>
Caixa (Federal)	-3.346,96
Aplicações Financeiras (Federal)	-65.063.887,12
<b>Diferença</b>	<b>300,00</b>

2.5.5. Ao teor do contido na Nota 9 das informações complementares apresentadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, o saldo da conta Recursos de Contratos a Receber (Federal), no valor de R\$ 466.888,26 (quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), é referente aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em 2016, a ser repassado à Entidade Delegatária em 2017. Acerca do registro, informa-se que o valor não guarda coerência com o contido no Balanço de Arrecadação elaborado pela Coordenação de Arrecadação e Cobrança – COARC da ANA. Pelos registros apresentados pela área específica da ANA o valor a repassar de 2016 que ficou pendente de transferência é da ordem de R\$ 338.454,13 (trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos), conforme exposto abaixo. Todavia registra-se que a referida conta contábil não prejudica os exames em questão.



Ano	Mês	Receitas auferidas		Devoluções por indêbitos (c)	Total de receitas auferidas (d=a+b-c)	Repasses efetuados Fonte 0116044621 (e)	Saldo a repassar (f=saldo anterior+d-e)
		Arrecadação (a)	Rendimentos (b)				
2016	Janeiro	78.620,19	-	-	78.620,19	-	2.357.765,95
	Fevereiro	82,93	-	-	82,93	2.318.595,78	39.253,10
	Março	2.273.313,11	-	-	2.273.313,11	-	2.312.566,21
	Abril	323.604,86	-	-	323.604,86	2.285.765,34	350.405,73
	Maior	2.621.278,82	-	-	2.621.278,82	-	2.971.684,55
	Junho	782.235,94	-	-	782.235,94	2.244.529,58	1.509.390,91
	Julho	137.654,54	-	-	137.654,54	-	1.647.045,45
	Agosto	1.415.950,31	-	-	1.415.950,31	1.482.821,60	1.580.174,16
	Setembro	766.876,55	-	-	766.876,55	1.541.003,99	806.046,72
	Outubro	806.473,28	-	-	806.473,28	-	1.612.520,00
	Novembro	755.441,18	-	-	755.441,18	781.202,01	1.586.759,17
	Dezembro	428.497,26	-	-	428.497,26	1.676.802,30	338.454,13
<b>Total 2016</b>		<b>10.390.028,97</b>	-	-	<b>10.390.028,97</b>	<b>12.330.720,60</b>	<b>338.454,13</b>

2.5.6. Registre-se divergência entre o evidenciado como desembolso nas Tabela 2, denominada Índice de Desembolso Anual (%) 2016 e Tabela 3, denominada “Índice de Desembolso Acumulado (%) 2016, com os desembolsos na Demonstração dos Fluxos de Caixa e nas informações constantes das Notas 28.1 e 28.2, todas da Prestação de Contas, na ordem de R\$ 290.361,41 (duzentos e noventa mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos), conforme exposto a seguir:

Desembolsos	Tabelas 1 e 3 <sup>2</sup> (R\$)	Fluxo de Caixa DFC (R\$)	Notas 28.1 e 28.2 <sup>3</sup> (R\$)
Custeio Federal	23.223.692,74	1.343.372,95 <sup>4</sup>	1.343.372,95
Repasses Empreendimentos		11.265.355,55	11.265.355,55
Ações de Apoio		1.107.011,09	1.107.011,09
Plano de Aplicação Plurianual – P.A.P.		9.633.261,56	9.633.261,56
Aquisições de Ativo (bens e direitos)		165.053,00	165.053,00
<b>Total evidenciado</b>	<b>23.223.692,74</b>	<b>23.514.054,15</b>	<b>23.514.054,15</b>

2.5.7. Reitera-se recomendação à Fundação Agência das Bacias PCJ no sentido de realizar a conciliação dos valores lançados como desembolsos em sua Prestação de Contas, com a finalidade de eliminar ou evidenciar quaisquer divergências provocadas em razão da adoção de regimes de competência ou de fluxos de caixa, ou ainda por qualquer outra forma de entendimento, prestigiando maior transparência nas informações apresentadas à contratante, ANA.

2.5.8. No tocante aos registros nas subcontas Adiantamentos e Despesas Antecipadas, da conta Ativo Circulante, registra-se que as apropriações guardam conformidade com os entendimentos do Conselho Federal de Contabilidade<sup>5</sup>.

## 2.6. Ativo Não Circulante

2.6.1. No grupo de contas do Ativo Não Circulante foram reconhecidos imobilizados de usos pelos valores líquidos que totalizam R\$ 222.722,71 (duzentos e vinte dois mil, setecentos e

<sup>2</sup> Tabela 2, denominada Índice de Desembolso Anual (%) 2016 e Tabela 3, denominada “Índice de Desembolso Acumulado (%) 2016.

<sup>3</sup> Informações complementares, Notas 28.1 e 28.2, que tratam da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

<sup>4</sup> Somatório dos seguintes pagamentos: R\$ 474.397,04 referente a aquisições de bens e serviços; R\$ 3,80 referente a contribuições sociais, impostos e taxas; e R\$ 868.972,98 referente a salários e encargos sociais do pessoal administrativo.

<sup>5</sup> Por analogia de assunto: Parecer CT/CFC N° 24/98, aprovado em reuniões ocorridas em 27 e 28 de agosto de 1998, ATA CFC N° 779.



vinte dois reais e setenta e um centavos) cujas apropriações estão diretamente vinculadas ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011:

<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>Exercício 2016 Variações (R\$)</b>	<b>Exercício 2015 Variações (R\$)</b>	<b>Exercício 2014 Variações (R\$)</b>
. Veículos	101.528,00	101.528,00	206.605,00
. Computadores e hardware	278.883,04	137.342,04	152.640,78
. Móveis e utensílios	114.805,36	100.773,36	98.861,36
. Instalações	6.346,03	6.346,03	6.346,03
. Equipamentos eletrônicos	14.022,50	4.542,50	4.542,50
<b>Imobilizado de Uso – Com Restrição</b>	<b>515.584,93</b>	<b>350.531,93</b>	<b>468.995,67</b>
. (-) Veículos	-99.660,99	-87.702,23	-149.707,03
. (-) Computadores e hardware	-109.654,08	-78.039,82	-77.656,77
. (-) Móveis e utensílios	-75.401,55	-62.496,38	-49.460,30
. (-) Instalações	-5.027,13	-4.257,00	-3.354,00
. (-) Equipamentos eletrônicos	-3.118,47	-2.330,50	-1.856,50
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>-292.862,22</b>	<b>-234.825,93</b>	<b>-282.034,60</b>
<b>Ativo Imobilizado Líquido</b>	<b>222.722,71</b>	<b>115.706,00</b>	<b>186.961,07</b>

2.6.2. A aplicação da depreciação pelo método linear, conforme informado pela Fundação Agência das Bacias PCJ, em sua Nota 12 das informações complementares, guarda conformidade com os entendimentos exarados na Norma Brasileira de Contabilidade NBC T SP nº 16.09, aprovada pela Resolução do CFC nº 1.136, de 21 de novembro de 2008.

2.6.3. Registra-se que a Prestação de Contas encaminhada pela Fundação Agência das Bacias PCJ contém Relação de Bens que a princípio não substitui o inventário de bens necessário correspondentes ao imobilizado de uso declarado, pois não evidencia valores e não permite uma maior avaliação patrimonial.

2.6.4. Reitera-se recomendação à Agência das Bacias PCJ no sentido de incluir, em suas futuras prestações de contas, inventário dos bens patrimoniais reconhecidos e lançados à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

## **2.7. Passivo Circulante**

2.7.1. No grupo de contas do Passivo Circulante do Balanço Patrimonial constam compromissos à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 que totalizam R\$ 9.633.019,78 (nove milhões, seiscentos e trinta e três mil, dezenove reais e setenta e oito centavos):

<b>Passivo Circulante</b>	<b>Federal (R\$)</b>
Fornecedores Diversos	74.913,86
Obrigações Tributárias	41.066,85
Obrigações Trabalhistas	49.512,00
Férias a Pagar	129.937,63
Outras Obrigações	6.177,47
Provisão para o Custeio Federal (7,5%)	210.369,31
Ações de Apoio à Gestão	1.250.412,82
Plano de Aplicação Plurianual – P.A.P.	7.870.629,84
<b>Total</b>	<b>9.633.019,78</b>



2.7.2. Os provisionamentos nas subcontas Ações de Apoio à Gestão e Plano de Aplicação Plurianual registram apropriações com fundamentos em Plano de Ações Plurianual aprovados e estão detalhados da seguinte forma:

Ações de Apoio à Gestão)	Exercício 2015 Valor (R\$)
Ações de Apoio – Agente Técnico	386.202,53
Ações de Apoio à Gestão 2012	682.264,32
Ações de Apoio à Gestão – Plurianual	181.945,97
<b>Total</b>	<b>1.250.412,82</b>

Plano de Aplicação Plurianual	Exercício 2015 Valor (R\$)
PAP – Enquadramento de Corpos D'água e Plano de Bacias 2013 – 2016	1.606.270,37
PAP – Uso da Água no Meio Rural 2013 - 2016	190.356,08
PAP – Monitoramento Hidrológico e Drenagem Urbana 2013 - 2016	2.234.137,76
PAP – Educação Ambiental e Comunicação Social 2013 - 2016	84.341,20
PAP – Parceiras 2013 - 2016	2.043.244,18
PAP – Serviços Ambientais Recomposição Florestal 2013 – 2016	113.016,73
PAP – Recuperação da Qualidade dos Corpos D'água 2013 – 2016	865.227,31
PAP – Cursos de Capacitação 2013 – 2016	72.240,00
PAP – Cadastro de Usuários 2013 – 2016	21.572,92
PAP – Secretaria Executiva dos Comitês PCJ 2013 – 2016	640.223,29
<b>Total</b>	<b>7.870.629,84</b>

2.7.3. Vale ressaltar que a dimensão do curto prazo ficou estabelecida em 12 (doze) meses. Para efeito de classificação em não-circulante ou a longo prazo, os direitos e obrigações devem considerar prazos superiores a 12 (doze) meses.

2.7.4. Embora a Fundação Agência das Bacias PCJ tenha procurado segregar de forma sintética os compromissos de curto e de longo prazo, e esclarecer de forma resumida em suas Notas 5.1 e 5.2 das informações complementares da Prestação de Contas os conceitos acerca de passivos de curto e longo prazo, as informações foram insuficientes para um maior aprofundamento das avaliações dos compromissos de longo prazo ano a ano.

2.7.5. Não se pode deixar de considerar que a ANA possui compromissos de longo prazo com a Fundação Agência das Bacias PCJ, e nessa seara, o interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm relacionamentos que podem influenciar nos planejamentos de fluxos de caixa de longo prazo torna-se essencial para as avaliações dos compromissos de longo prazo ano a ano.

2.7.6. Reitera-se recomendação à Fundação Agência das Bacias PCJ, em suas futuras prestações de contas, evidenciar, com maior detalhamento, os compromissos de longo prazo, ano a ano, apresentando elementos capazes de propiciar à Contratante, ANA, a verificação dos planejamentos de fluxos de caixa futuros de longo prazo, por competência nos anos de suas ocorrências.

## 2.8. Passivo Não Circulante

2.8.1. No grupo de contas do Passivo Não Circulante do Balanço Patrimonial constam compromissos que totalizam R\$ 56.098.407,97 (cinquenta e seis milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e sete reais e noventa e oito centavos) vinculados ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011:



Passivo Não Circulante	Valor (R\$)
Receitas Diferidas	16.045.566,94
Empreendimentos Contratados	37.447.554,37
Programação de Aplicação Plurianual	2.170.081,92
Receitas Diferidas	1,10
Provisão Para Contingências	435.203,64
<b>Total</b>	<b>56.098.407,97</b>

2.8.2. Observada a Nota 23.6 das Informações Complementares à Prestação de Contas, verifica-se que os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto aos recursos federais são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura no Passivo Não Circulante.

2.8.3. A apropriação guarda conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas, uma vez que a restrição por reconhecimento de compromisso diferido diz respeito a recursos recebidos, que não permitem a liberalidade na utilização, ou que serão utilizados pela Fundação Agência das Bacias PCJ para alcançar resultados previstos no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

2.8.4. As apropriações constantes na subconta Empreendimentos Contratados referem-se aos valores de investimentos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (inclusive no percentual de 92,5% dos recursos federais), repassado pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês de Bacias, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a CEF. O detalhamento por contrato de repasse se apresenta conforme tabela a seguir:

Contrato de Repasse e/ou Transferência	Beneficiário	Valor (R\$)
0292.639-65/2009	Prefeitura Municipal de Cosmópolis	549.603,43
0391.819-42/2012	COPASA - Cia de Saneamento Básico de Minas Gerais	1.342.217,15
CT 01	Prefeitura Municipal de Itapeva	171.345,70
0422.114-94/2014	Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D'Oeste	703.992,31
0447.934-41/2014	SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	441.621,08
0447.943-53/2014	SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	753.340,40
0447.944-67/2014	CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	191.492,78
0447.950-58/2014	Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D'Oeste	2.012.337,59
0462.796-87-/2015	Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	2.518.873,26
0462.793-54/2015	Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	2.490.657,76
0459.969-14/2015	CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	610.465,36
0459.972-61/2015	Saneamento Básico Vinhedo	2.654.062,25
0459.967-97/2015	SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	920.619,16
0459.968-00/2015	SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	302.135,06
0473.709-51/2016	SANASA - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	4.015.565,16
0473.713-10/2016	SANASA - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	3.964.284,85
0473.714-24/2016	CODEN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA ODESSA	4.910.521,78
0475.001-51/2016	SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA	4.486.316,22
0475.003-79/2016	SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA	4.408.103,07
<b>Total</b>		<b>37.447.554,37</b>

2.8.5. A Fundação Agência das Bacias PCJ mantém Provisão para Contingências com a finalidade de pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisões contratuais. O montante estimado até 31 de dezembro de 2016 é da ordem de R\$ 435.203,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e três reais e sessenta e quatro centavos). A referida



provisão guarda conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, mais especificamente no seu item 72.

## 2.9. Patrimônio Social

2.9.1. No grupo de contas do Patrimônio Social do Balanço Patrimonial constam registros no montante de R\$ 60.360,08 (sessenta mil, trezentos e sessenta reais e oito centavos) vinculado ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, e está restrita a apropriação aos Bens (Transferidos do Consórcio).

2.9.2. A Variação havida na subconta Bens (Transferidos do Consórcio) refere-se à depreciação ocorrida no período do exercício de 2015. Vale ressaltar que, observada a Nota 17 e Nota 26, letra 'a', das Informações Complementares da Prestação de Contas da Agência das Bacias PCJ, Prestação de Contas, a depreciação havia foi no valor de R\$ 12.729,26 (doze mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos). Esta redução impactou o resultado do exercício de 2016.

## 2.10. Balanço Patrimonial Segregado do Contrato de Gestão (Federal)

2.10.1. Segregada a fonte de financiamento oriunda do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2015 pela Fundação Agência das Bacias PCJ apresenta o ATIVO divergente do PASSIVO, na ordem de R\$ 12.729,26 (doze mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), conforme exposto a seguir:

Ativo	Valor (R\$)	Passivo	Valor (R\$)
<b>Ativo Circulante</b>	<b>65.556.335,86</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>9.633.019,78</b>
. Caixa	3.346,96	. Fornecedores Diversos	74.913,86
. Aplicações financeiras	65.063.898,22	. Obrigações Tributárias	41.066,85
. Recursos de contratos a receber	466.888,26	. Obrigações Trabalhistas	49.512,00
. Adiantamentos de férias	20.694,40	. Férias a Pagar	129.937,63
. Despesas antecipadas	1.504,22	. Outras Obrigações	6.177,47
. Outros Créditos	3,80	. Provisão para o Custeio Federal (7,5%)	210.369,31
		. Ações de Apoio à Gestão	1.250.412,82
		. Plano de Aplicação Plurianual – P.A.P.	7.870.629,84
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>222.722,71</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>56.098.407,87</b>
. Imobilizado de uso	515.584,93	. Receitas diferidas	16.045.566,94
. Depreciação acumulada	-292.862,22	. Empreendimentos contratados a repassar	37.447.554,37
		. Plano de aplicação plurianual (LP)	2.170.081,92
		. Receitas Diferidas (Outras Fontes)	1,10
		. Provisão para contingências	435.203,64
		<b>Patrimônio Social</b>	<b>60.360,08</b>
		. Bens (Transferidos do Consórcio)	60.360,08
<b>Total do Ativo</b>	<b>65.779.058,57</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>65.791.787,83</b>
<b>Diferença a maior no Passivo</b>			<b>12.729,26</b>

2.10.2. Conforme informações prestadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ em prestações de contas de exercícios anteriores, registra-se que a diferença se refere ao reconhecimento de despesa relativas à depreciação dos Bens Transferidos do Consórcio PCJ que sempre são alocados no início do exercício no Patrimônio Social da Fundação Agência das Bacias PCJ.

## 2.11. Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício



2.11.1. A Demonstração de *Déficit* ou *Superávit* do Exercício 2016 evidencia resultado de *déficit* da ordem de R\$ 12.729,26 (doze mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), à conta de apropriações federais no âmbito do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, conforme exposto a seguir:

Situação	2016 (R\$)	2015 (R\$)	2014 (R\$)	2013 (R\$)
Receita Transferência (Repasses)	11.265.865,55	9.820.872,99	12.036.668,75	15.052.040,86
Receita Transferência (Custeio)	1.366.708,54	1.304.863,53	1.278.618,46	1.312.016,03
Receita Transferência (Ações de Apoio)	1.108.143,82	1.105.368,39	544.691,67	2.162.900,23
Receita Transferência (PAP)	9.528.281,86	9.351.233,30	3.419.361,38	1.374.854,73
Custeio	-1.379.411,60	-1.354.737,20	-1.325.896,48	-1.361.163,97
Repasses Para Programas de Recursos Hídricos	-11.265.865,55	-9.820.872,99	-12.036.668,75	-15.052.040,86
Ações de Apoio	-1.108.143,82	-1.105.368,39	-544.691,67	-2.162.900,23
Programa de Aplicação Plurianual	-9.528.281,86	-9.351.233,30	-3.419.361,38	-1.374.854,73
Despesas Financeiras (Federal)	0,00	0,00	-209,58	-39,40
Despesas Tributárias (Recursos Federais)	-26,20	0,00	-61,00	-265,77
<b>Superávit (DÉFICIT) do Exercício</b>	<b>-12.729,26</b>	<b>-49.873,67</b>	<b>-47.548,60</b>	<b>-49.453,11</b>

2.11.2. Observada a Nota 26 das Informações Complementares à Prestação de Contas, a Fundação da Agência das Bacias PCJ, esclarece tratar-se de bens transferidos do Consórcio PCJ, em que houve dedução por depreciação.

2.11.3. Registra-se que a depreciação correspondente a perda de valor relativos a bens físicos (tangíveis) sujeitos a desgastes ou por perda de utilidade, ou por uso, ou por ação da natureza ou mesmo por obsolescência. Igualmente, nos casos de doação, seus reflexos devem ser reconhecidos diretamente no resultado. Dessa forma, a Demonstração de *Déficit* ou *Superávit* do Exercício 2016, apresentada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, guarda consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e será objeto de inclusão na Demonstração do Resultado do Patrimônio Social por ocasião da apresentação das demonstrações financeiras e da Prestação de Contas do exercício de 2016

## 2.12. Demonstração do Fluxo de Caixa

2.12.1. A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/2010, que aprovou a NBC TG 03, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como que o método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde discriminou-se os valores efetivamente recebidos e os pagamentos efetivamente efetuados em 2015.

2.12.2. Segregadas as variações, a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta resultado igual à R\$ 65.067.245,18 (sessenta e cinco milhões, sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos), o qual encontra-se condizente com os resultados encontrados em extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011:

Demonstração do Fluxo de Caixa	Exercício de 2016 (R\$)
Recursos Recebidos Federais	12.202.286,47
Aquisição de Bens e Serviços – Contas Federais	-474.397,04
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo – Contas Federais	-868.972,11
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas – Contas Federais	-3,80
Repasse para Empreendimentos – Contas Federais	-11.265.355,55
Ações de Apoio	-1.107.011,09
P.A.P.	-9.633.261,56



Outros Recebimentos por Investimentos Realizados – Contas Federais	5.611.061,93
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados – Outros Recursos	0,82
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo – Contas Federais	-165.053,00
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-5.700.704,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período (Federal)	70.767.939,83
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período (Outros recursos)	10,28
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>65.067.245,18</b>

## 2.13. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

2.13.1. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social evidencia a entidade de forma globalizada. Observada a Nota 26 das Informações Complementares à Prestação de Contas, constata-se que na composição das mutações do patrimônio social do exercício, foi considerado o *déficit* identificado na Demonstração de *Déficit/Superávit* à conta das operações de entradas e saídas no âmbito do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011:

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL

	2016	2015
Saldo Inicial	1.000,00	1.000,00
Saldo Final	1.000,00	1.000,00
<b>(=) Patrimônio Líquido - Estadual</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
Superávit Início	0,00	0,00
Superávit do Exercício - Estadual	374.789,29	329.464,98
Bens (Transferidos do Consórcio) - Federal	60.360,08	110.233,75
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>435.149,37</b>	<b>439.698,73</b>
Fundo Patrimonial - Estadual	3.291.878,14	2.912.539,49
<b>(=) Patrimônio Social Total</b>	<b>3.728.027,51</b>	<b>3.353.238,22</b>

Nota 26) O superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 374.789,29 (trezentos e e setenta e quatro mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos) e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- Dedução de R\$ 12.729,26 (doze mil e setecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos), referente à despesa de depreciação, que será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);
- Superávit de R\$ 387.518,55 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais
Bens (transferidos do Consorcio PCJ) – Patrimônio Líquido	(12.729,26)
Fundo Patrimonial	387.518,55
Superávit exercício 2016	374.789,29

2.13.2. Em razão de reflexos de diversas fontes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, reitera-se recomendação à Fundação Agência das Bacias PCJ, que em suas futuras prestações de contas, evidencie as mutações do patrimônio social segregando as variações por fontes de recursos, para que se possa aferir as mutações, por natureza de valor, que tiveram origem com a execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

## 2.14. Auditoria Independente

2.14.1. A empresa AUDIMAXI Auditoria, em 27 de janeiro de 2017, nos termos do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, opina no sentido de que as



Demonstrações Contábeis indicadas pela Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, à posição patrimonial e financeira da entidade delegatária em 31 de dezembro de 2016, e que o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2.15. Parecer do Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ

2.15.1. O Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, em seu Parecer nº 01/2017, de 9 de fevereiro de 2017, aprova as contas relativas ao exercício de 2016, sem registros de ressalvas.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL 01/2017

O Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí – Agência das Bacias PCJ, nos termos do artigo 20, inciso III do Estatuto e tendo em vista as informações apresentadas pela Diretoria, bem como pelas Demonstrações Contábeis apresentadas, aprova as contas relativas ao exercício 2016.

## 2.16. Publicação das Demonstrações Financeiras e Contábeis

2.16.1. A Fundação Agência das Bacias PCJ publicou no Diário Oficial Empresarial, folha 52, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 30 de junho de 2017, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, contendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. A publicação guarda consonância com as informações apresentadas à ANA.

## 2.17. Atendimento de Recomendações Exaradas

2.17.1. As situações de atendimento pela Fundação Agência das Bacias PCJ das recomendações exaradas no âmbito dos exames contábeis e financeiros por esta COGEF/SAF, Relatório de Avaliação Contábil nº 2/2016/COGEF/SAF, registro Próton nº 032080/2016-38 apresentam-se da seguinte forma:

Recomendação	Comentários
3.19.2.1 - Apresentar o rol de responsáveis contemplando todos os envolvidos, inclusive os substitutos, informando para estes os períodos das substituições dos titulares em suas ausências legais ou eventuais.	Atendido.
3.19.2.2 - Abster de realizar compensações de entradas de recursos financeiros oriundas de devoluções ou restituições correspondentes a desembolsos ocorridos em exercícios anteriores com as despesas do exercício da Prestação de Contas, evidenciando, dessa forma, as reais movimentações financeiras de receitas (entradas de recursos) e desembolsos (saída de recursos) no período em exame.	Atendido.
3.19.2.3 - Incluir os extratos de rendimentos anuais fornecidos pela instituição financeira com a qual mantém suas contas correntes e de aplicações, com vistas à certificação dos rendimentos anuais auferidos.	Não atendido. Os informes de rendimentos financeiros tem sido objeto de requerimento via diligência quando deveria estar incluso de forma ordinária na Prestação de Contas.
3.19.2.4 - Incluir o Balanço Patrimonial segregado por fonte de recursos em documento formal dentro de sua	Atendido.



Prestação de Contas, além do meio digital editável enviado.	
3.19.2.5 - Conciliar os valores lançados como desembolsos em sua Prestação de Contas, com a finalidade de eliminar divergências provocadas em razão da adoção de regimes de competência ou de fluxos de caixa, ou ainda por qualquer outra forma de entendimento, prestigiando maior transparência nas informações apresentadas à Contratante, ANA.	Não atendido. A Entidade Delegatária continua a apresentar resultados nas informações de Índice de Desembolso Anual e Índice de Desembolso Acumulado divergentes com os desembolsos na Demonstração dos Fluxos de Caixa e nas Informações Complementares. No exercício de 2016 a divergência foi de R\$ 290.361,41.
3.19.2.6 - Incluir inventário dos bens patrimoniais reconhecidos e lançados à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, evitando, dessa forma, a realização de diligências para complementar a Prestação de Contas, enviando juntamente com a mesma, arquivo digital editável; e  3.19.2.7 - Elaborar inventário de bens patrimoniais contendo informações dos valores de aquisições e dos valores residuais, após a dedução por depreciações. Sugere-se adotar a planilha apresentada no subitem 3.7.9 deste Relatório de Avaliação Contábil.	Não atendido. A Relação de Bens encaminhada não substitui o inventário necessário, uma vez que não evidencia valores e não permite uma maior avaliação patrimonial.
3.19.2.8 - Evidenciar, com maior detalhamento, os compromissos de longo prazo, ano a ano, apresentando elementos capazes de propiciar à Contratante, ANA, a verificação dos planejamentos de fluxos de caixa futuros de longo prazo, por competência nos anos de suas ocorrências.	Não atendido. As Notas 5.1 e 5.2 das informações complementares da Prestação de Contas buscam segregar de forma sintética os compromissos de curto e de longo prazo, todavia, as informações foram insuficientes para um maior aprofundamento das avaliações dos compromissos de longo prazo ano a ano.
3.19.2.9 - Promover todas as medidas necessárias à eliminação total da divergência apresentada no Balanço Patrimonial, segregado pela fonte de financiamento à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, por ocasião da apresentação das demonstrações financeiras e da Prestação de Contas do exercício de 2016.	Atendido quando à segregação de fontes.
3.19.2.10 - Evidenciar as mutações do patrimônio social segregando as variações por fontes de recursos, para que se possa aferir as mutações, por natureza de valor, que tiveram origem com a execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011	Não atendido.

## 2.18. Conclusões

2.18.1. Por todo o exposto, em face aos exames realizados, certifica-se os saldos apresentados na Prestação de Contas, Exercício 2016, com os comentários e recomendações exaradas, tendo em vista que as divergências levantadas nas Demonstrações Financeiras e Contábeis não representam prejuízos ao entendimento das variações provocadas pela execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

2.18.2. Todavia, reiteram-se as recomendações abaixo à Fundação Agência das Bacias PCJ, para cumprimento em suas futuras prestações de contas:

- 2.18.2.1. Anexar os extratos de Informes de Rendimentos Financeiros na Prestação de Contas correspondentes às contas correntes e de aplicações, com vistas à certificação dos rendimentos anuais auferidos;
- 2.18.2.2. Esclarecer a divergência constatada no reconhecimento de rendimentos por aplicações financeiras em caderneta de poupança no valor de R\$ 31.029,52 (trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos);
- 2.18.2.3. Realizar a conciliação dos valores lançados como desembolsos em sua Prestação de Contas, com a finalidade de eliminar ou evidenciar



quaisquer divergências provocadas em razão da adoção de regimes de competência ou de fluxos de caixa, ou ainda por qualquer outra forma de entendimento, prestigiando maior transparência nas informações apresentadas à contratante, ANA;

- 2.18.2.4. Incluir, em suas futuras prestações de contas, inventário dos bens patrimoniais reconhecidos e lançados à conta do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011;
- 2.18.2.5. Evidenciar, com maior detalhamento, os compromissos de longo prazo, ano a ano, apresentando elementos capazes de propiciar à Contratante, ANA, a verificação dos planejamentos de fluxos de caixa futuros de longo prazo, por competência nos anos de suas ocorrências; e
- 2.18.2.6. Evidencie as mutações do patrimônio social segregando as variações por fontes de recursos, para que se possa aferir as mutações, por natureza de valor, que tiveram origem com a execução do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011.

2.18.3. Por fim, sugere-se o envio dos autos do processo à Auditoria Interna da ANA - AUD, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, na forma do previsto no inciso II, art. 3º, da Portaria nº 53, de 24 de fevereiro de 2010, da ANA.

2.18.4. Na hipótese de convalidação dos entendimentos exarados e manifestação favorável pela regularidade da prestação de contas ora em exame, recomenda-se encaminhar os autos à Diretoria Colegiada da ANA, para deliberar sobre a regularidade das contas, nos termos do contido no inciso II, art. 4º, da Portaria nº 53, de 24 de fevereiro de 2010, da ANA.

À sua consideração,

(assinado eletronicamente)  
**HELOIZA LAURENTINO DE LIMA SOUZA**  
Coordenadora de Contabilidade

**ADOTO** o posicionamento exarado pela Coordenação de Contabilidade. Encaminham-se os autos do processo à Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF, para conhecimento do teor da presente análise e encaminhamento dos autos à Auditoria Interna da ANA - AUD, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis, na forma do previsto no inciso II, art. 3º, da Portaria nº 53, de 24 de fevereiro de 2010, da ANA.

(assinado eletronicamente)  
**JOÃO LUIZ DA CUNHA**  
Coordenador-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil  
CRC/DF nº 15261-2

